



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



A ESQUERDA NO PODER EM ALAGOAS: PLANO DE CARGOS, GESTÃO DEMOCRÁTICA E DEMANDAS SALARIAIS.

Jailton de Souza Lira (Autor) [i]

EIXO 7: Educação, Trabalho e Juventude.

RESUMO

Este artigo foi readaptado da dissertação de mestrado intitulada "A trajetória sindical dos trabalhadores da educação em Alagoas" defendida na Universidade Federal de Alagoas no ano de 2012. Discute os embates ocorridos entre o Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas (Sinteal) e os dois governos Ronaldo Lessa (1999-2003; 2003-2006) em que temas como neoliberalismo, movimento sindical, Plano de Cargos e Carreiras e gestão democrática foram abordados. Em termos metodológicos, este trabalho orientou-se pela pesquisa qualitativa (SANTOS FILHO e GAMBOA, 2009; BARDIN, 2008) com a realização de um total de 12 (doze) entrevistas semi-estruturadas com os profissionais atuantes da rede pública estadual de ensino. O artigo finaliza fazendo um balanço dos temas tratados.

PALAVRAS- CHAVE: Movimento sindical- Planos de Cargos- Gestão democrática.

ABSTRACT

This article was readapted the third chapter of the dissertation entitled The path union of education workers in Alagoas defended in the Post-Graduate Education, Federal University of Alagoas in 2012 and discusses the clashes occurred between the Workers Union education Alagoas (Sinteal) and the two governments Ronaldo Lessa (1999-2003, 2003-2006) where topics like neoliberalism, labor movement, and Job Plan Careers and democratic management were addressed. In terms of methodology, this study was guided by qualitative research (SON and HOLY GAMBOA, 2009; Bardin, 2008) with the completion of a total of twelve (12) semi-structured interviews with professionals working in the public state education system. The article concludes by taking stock of the topics discussed.

KEYWORDS: Movement-union positions-Management Plans democratic.

1. AS ESQUERDAS NO GOVERNO

Tomando posse no cargo de governador do Estado de Alagoas em 1999 e tendo como base política uma coligação de partidos políticos de centro-esquerda, o engenheiro civil Ronaldo Lessa procurou empreender um conjunto de ações no sentido de recuperação da máquina pública, realizando concursos públicos nas áreas de segurança, saúde, educação e para as demais autarquias do governo (CAVALCANTE, 2006). Com o slogan "Alagoas para todos" buscou articular uma ampla base de apoio parlamentar na Assembleia Legislativa para que pudesse obter condições de governabilidade, incluindo a consolidação de alianças políticas com setores ligados as antigas oligarquias.

O arranjo político montado pelo governo para assegurar a sustentação dos seus projetos na Assembleia Legislativa com a consequente negociação em torno dos cargos da máquina estadual provocou debates que questionaram o perfil ideológico da gestão Ronaldo Lessa, principalmente da parte do Partido dos Trabalhadores (PT), que naquele momento, consideravam-se mais à esquerda. O pragmatismo na consolidação das alianças surpreendeu, especialmente por ter envolvido figuras públicas ligadas aos grupos oligárquicos que sempre estiveram participando e influenciando as gestões anteriores.

Apesar de Sader (1995, p. 64 e 65) considerar que o Brasil não teve em sua história muita tradição de esquerda, analisando a questão durante o fortalecimento das ideias neoliberais, este autor identificou três gerações que poderiam assim ser identificadas:

[...] Embora sem tradição, a esquerda já produziu no Brasil três gerações diferentes de movimentos de esquerda. Os comunistas, os anarquistas e os socialistas das primeiras décadas do século representam a primeira geração, muito vinculada à tradição da esquerda européia.

A segunda geração é a dos movimentos ligados à luta armada no Brasil, que se desenvolveram ao longo dos anos 60 e início dos anos 70. A terceira foi aquela geração dos anos 70 e a primeira metade dos anos 80 e que a partir daí se consolidou, representando a atualidade da esquerda brasileira.

Analisando a biografia de parte das lideranças que assumiu o governo em 1999 e relacionando ao conjunto dos partidos políticos que formaram aquela coligação eleitoral, pode-se considerar que a gestão Lessa foi integrada por uma representação política da terceira geração da esquerda brasileira (SADER, 1995). No entanto, esta caracterização não implica a eliminação das contradições do exercício do poder e muito menos as devidas adequações necessárias ao contexto, às tradições culturais, a correlação de forças (SOUZA, 1984), dentro outros elementos que condicionam a atuação dos atores governamentais e dos movimentos sociais.

1. O PLANO DE CARGOS: O PRIMEIRO IMPASSE

A criação do Plano de Cargos e Carreiras do magistério foi um dos pontos polêmicos entre o governo e a categoria educacional, temática incluída na pauta geral de valorização profissional. A proposta do sindicato apontava a importância da elaboração de um plano de cargos unificado (incluindo magistério e profissionais da educação), mas a secretaria de educação insistia na aprovação de um Plano que contemplasse apenas o segmento magistério, compreendendo que os demais profissionais deveriam permanecer no Plano dos funcionários estaduais e que esta discussão deveria ser tratada em momento

posterior.

Na realidade, um dos fatores que influenciavam na decisão da secretaria de educação estava relacionada às implicações financeiras decorrentes da implementação financeira do enquadramento do conjunto dos servidores da educação, o que representava maiores custos para o Estado. Recorremos aos depoimentos seguintes

Foi o fator econômico. Foi mais a questão da viabilidade de aprovação e também da aplicação do plano financeiramente, claro [...]. Os administrativos não tinham a força que os professores tinham. Os professores historicamente eram muito mais fortes, mais organizados e claro que a força organizativa é um peso maior. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 09)

Existia entre alguns integrantes do governo a convicção de que o Estado não deveria patrocinar a criação de PCC's específicos de categorias profissionais (principalmente na Secretaria de Administração). Para eles, a existência de tais Planos criaria um tratamento desigual (não isonômico) entre profissionais que exercessem as mesmas funções e cargos semelhantes.

No entanto, era exatamente o argumento da especificidade do tipo de trabalho exercido pelos profissionais da educação a principal defesa para que estes Planos fossem criados. Ou seja, alegava-se o caráter educativo da função docente e não docente, no que essa concepção implicava de perfil formativo na relação com as crianças etc.

A argumentação contrária de segmentos do governo à promulgação de Planos de Carreira próprios para algumas categorias por outro lado, não era absoluta, vez que os mesmos críticos aceitavam e defendiam com naturalidade a existência de outras carreiras de Estado, como a dos fiscais de rendas, dos procuradores, de profissionais do Ministério Público, de delegados de polícia, dentre outros. Por que a educação não poderia ter assim uma carreira assegurada E porque dentro da educação, contemplar apenas um segmento Foram estas algumas das argumentações feitas pela direção do Sinteal para convencer o governo da correção e importância dos PCC's para os funcionários da educação como um todo. Os depoimentos prosseguem resgatando uma parte desses debates:

O embate foi duro nesse momento, primeiro pela mesma alegação de sempre de que todos os funcionários não eram funcionários da educação [...]. Fizemos o primeiro Plano dos professores pra fazer logo em seguida o dos funcionários que acabou demorando e se arrastando muito. (Professor, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 10)

O argumento era que a educação tem o quadro de magistério, mas tem um quadro de funcionários que são do quadro geral que podem estar a serviço de qualquer secretaria. [...] Primeiro não havia compreensão, depois não havia recursos pra garantir a funcionalidade do Plano. (Professora, dirigente sindical. Entrevista nº 12)

Os depoimentos não deixam dúvidas sobre a importância do peso político organizativo exercido pelos professores em detrimento dos funcionários de escola na correlação de forças no processo de negociação frente ao governo. Esta desigualdade em termos de poder de pressão do segmento dos funcionários atuou como um dos elementos que pesaram contra a aprovação de um PCC unificado ao segmento magistério.

Mas foi o argumento sobre a situação financeira do Estado, que ainda tentava vencer a crise econômica em que havia mergulhado nos últimos anos (CARVALHO, 2009), a principal justificativa para a promulgação de um Plano de Cargos apenas para os professores, enquanto os funcionários de escola ainda teriam um longo trajeto para que fossem de fato reconhecidos como trabalhadores da educação, com vencimentos, carreira e condições de exercício da profissão de forma adequada.

1. AS QUESTÕES SALARIAS: NOVOS EMBATES

Outro ponto bastante debatido pela categoria estava ligado à nova política salarial do governo, transformando todos os vencimentos dos servidores em subsídios, eliminando as demais vantagens adicionais dos salários, implicando em grandes perdas para o segmento (ALAGOAS, 2000).

A lei também estabeleceu em seus anexos os percentuais de diferença de acordo com o nível de qualificação profissional. O percentual aplicado para os pós-graduados (progressão vertical) provocou críticas da categoria, assim como dos intervalos entre as classes (progressão horizontal), considerados aquém das expectativas (ALAGOAS, 2000).

Os embates entre os trabalhadores e o governo entre os anos de 1999 a 2006 foram frequentes, principalmente por conta da política de reposição salarial adotada durante praticamente todo o mandato de Lessa, considerada insatisfatória pela maioria dos entrevistados. Os meios de ação sindical, que inicialmente primaram pelo diálogo, logo mudaram para a estratégia do enfrentamento, forma típica encontrada pelo movimento sindical quando os canais de negociação falharam.

As declarações infelizes do governador também acirravam o clima, como um discurso feito após o recebimento de um relatório sobre as ações governamentais na área em 2005, em que Lessa afirmou que “a educação pública em Alagoas estava uma porcaria.” Explorando a repercussão negativa do fato, e associando-o à proposta de reajuste para aquele ano (de 6%), o Sinteal confeccionou milhares de adesivos com o slogan: governador, porcaria é 6%. Os trechos das entrevistas relembram aquela ocasião:

Foi numa reposição salarial. O governo alegava que não tinha recurso para ir além dos 6% e aí o governo, em um momento muito infeliz, dá uma resposta que atingiu em cheio a categoria, que já vinha maltratada ao longo do tempo com o desmantelamento da educação. Então o governo disse que a educação estava mesmo uma porcaria, então 6% era aquilo mesmo: uma porcaria. (Professora, ex-dirigente sindical. Entrevista nº 11)

Então o sindicato fez uma grande mobilização e criou o slogan de que porcaria era os 6%. Nós fizemos desfile, passeatas no centro simbolizando um porquinho, um cofre em forma de porco com um adesivo de que 6% é uma porcaria. (...). Se ele queria fazer uma avaliação do trabalho do governo na Educação, ele não fez. A forma como ele fez não atingiu só aos membros do governo que não impulsionaram a educação no ritmo que ele esperava, mas atingiu os trabalhadores. (Professora, dirigente sindical. Entrevista nº 12)

Refletindo estes embates, a “judicialização das questões trabalhistas” em Alagoas é intensificada durante a administração Ronaldo Lessa, notadamente envolvendo a categoria dos policiais civis e a educação. O governo chegou a consultar o Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade da demissão de servidores em estágio probatório que aderissem às paralisações definidas por suas categorias.

O recurso ao poder judiciário tornou-se bastante comum durante os últimos anos no Brasil. Mas isto não é acidental. Os efeitos jurídicos tutelares que atingem o movimento sindical refletem-se como consequência direta da estrutura sindical herdada do período Vargas, arcabouço administrativo-jurídico oportunamente aproveitado pelos gestores públicos para coibir o movimento (BOITO JR, 2005; DAL ROSSO, 2011).

1. OS CONCURSOS PÚBLICOS

Uma das bandeiras do então candidato Ronaldo Lessa foi que o apadrinhamento político e as contratações dos servidores que não obedecessem ao que definia a CF de 1988 iriam acabar a partir da sua eleição para o governo estadual. A realização dos concursos públicos também era uma bandeira histórica das

esquerdas (BOBBIO, 2001), obedecendo à lógica da igualdade de oportunidades a que todos deveriam estar submetidos, com base exclusivamente na meritocracia individual e não no clientelismo e no fisiologismo político.

O governo estadual não realizava concursos públicos desde 1985, o que reforçou a imagem de Lessa como grande realizador de concursos, principalmente depois dos efeitos do PDV, que reduziu significativamente o quadro de servidores. Após tantos anos sem concursos públicos na rede estadual, associado à reduzida capacidade de absorção da mão-de-obra do setor privado, existiam milhares de pessoas, principalmente com formação em nível médio e graduação que esperavam uma oportunidade de ingressar no quadro de funcionários do Estado, a única forma de conquista de um emprego estável.

Bom, Ronaldo Lessa. A questão marcante dele, quer dizer que, me atingiu em cheio foi a questão da lisura dos concursos. (Funcionária de escola. Entrevista nº 06)

Outro elemento destacado por um dos entrevistados, a transparência na realização dos concursos é tido como o ponto forte do governo. Provavelmente estavam presentes na memória dos entrevistados casos variados desse tipo de prática paternalista registrados não só no Estado, mas pelo Brasil afora, que privilegiava poucos em detrimento da maioria através de concursos fraudulentos. Lessa já tinha realizado alguns concursos públicos – também para a educação – quando foi prefeito de Maceió e não existiram acusações sobre a transparência desses certames. De certa forma, as comparações foram inevitáveis.

Assim, eu sou suspeito pra falar, eu entrei em 2002, no governo Ronaldo Lessa. A situação naquele momento, enquanto trabalhador era muito melhor. A situação nossa era muito melhor. Eu não lembro de uma greve. A gente só começou a ter greve já no final 2005, 2006, na época da isonomia, mas ali não havia nenhuma greve, o trabalhador sempre estava satisfeito. (Funcionário de escola. Entrevista nº 07)

O concurso público é novamente lembrado como um dos maiores feitos do governador Ronaldo Lessa, só que desta vez, o entrevistado apresenta algum desconforto “eu sou suspeito pra falar, eu entrei em 2002, no governo Ronaldo Lessa”, como se a nomeação como servidor estadual por meio do concurso público fosse um favor ou algo que tornaria o entrevistado “suspeito” de expor opiniões favoráveis ao ex - governador.

Também é perceptível a noção equivocada do grande mérito pessoal de Lessa em ter promovido os concursos, como se não fossem atos administrativos comuns na administração pública, previstos nas Constituições, tanto a Federal quanto a Estadual. Novamente, a imagem pessoal de Lessa acabou sendo beneficiada pela natural comparação dos anos em que os concursos inexistiam ou foram manipulados para favorecer pessoas ligadas ao poder político.

Assim, os depoimentos efetuados pelos sujeitos da pesquisa partem sempre de um pressuposto comparativo entre a administração Lessa e as gestões anteriores, compreendidas como caóticas. Sob esse ângulo, o governo beneficiou-se no tocante às avaliações gerais, ainda que a modesta política salarial tenha sido alvo de críticas.

1. A IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Outro importante avanço em termos da democratização do espaço escolar lembrado pelos entrevistados foi a aprovação da lei nº 6. 152/2000, que instituiu a eleição direta para diretores e vice-diretores da rede estadual de educação, entendida como grande avanço na democratização da gestão e uma maneira de diminuir as influências político-partidárias na esfera educacional. Dizia o texto da lei que estava “instituída

a gestão democrática na rede (...) como espaço de participação coletiva, através de eleições diretas para diretores (...) nas escolas de educação básica” (ALAGOAS, 2000, art. 1º).

A lei definia que a comunidade escolar era formada pelo magistério, funcionários administrativos, estudantes matriculados e com frequência regular e os pais de alunos. As eleições ocorreriam por meio de votação secreta, obedecendo ao peso de 25% para cada segmento escolar. Mas a aplicação da lei não foi imediata. As primeiras eleições foram marcadas para ocorrer apenas 330 (trezentos e trinta) dias depois. Representantes do sindicato, associações de pais e da União dos Estudantes Secundaristas de Alagoas (UESA) ficaram encarregados de elaborar o regulamento sob a supervisão do Ministério Público Estadual.

No entanto, no cotidiano escolar, a eleição dos dirigentes escolares não tem sido suficiente para modificar as relações paternalistas e autoritárias existentes, herança do coronelismo elitista, gerando grandes frustrações entre os educadores (ALMEIDA, 1999, CURY, 2009). É interessante observar que a Constituição do Estado de Alagoas de 1989 não menciona claramente a gestão democrática como mecanismo constante de sua organização enquanto rede, mas tão somente assegura em seu artigo 200, inciso II: “participação da comunidade escolar no planejamento das atividades administrativas e pedagógicas, acompanhadas por assistentes sociais, psicólogos e profissionais do ensino” (ALAGOAS, 2005).

Apesar do maior envolvimento dos segmentos escolares na eleição direta para diretor, na participação dos conselhos escolares, no cotidiano das instituições de ensino, as relações internas não foram essencialmente modificadas, havendo sinais claros da continuação das formas autoritárias de gestão da administração escolar, do pouco diálogo interno e da utilização do processo dito democrático para legitimação e perpetuação dos modos anteriores de condução personalista da parte das direções das escolas (PRADO; DIÓGENES, 2011). Com base neste quadro, muitas direções escolares têm funcionando simplesmente como representantes da secretaria de educação ao impedir movimentos de reivindicação.

A eleição de alguém para exercer a função diretiva não significa a delegação plena de poderes ou a adoção de uma postura centralizadora, desestruturando a construção do processo democrático, pois a representação eleitoral não garante em si uma vivência democrática. Nesse sentido, em concordância com Cury “a gestão democrática do ensino não anula, mas convive com certas especificidades hierárquicas da escola” (CURY, 2005, p.205).

Comentando acerca das dificuldades sobre a atuação nos conselhos escolares, os entrevistados acrescentam outros elementos:

A questão democrática também foi um avanço importante pra educação. Porque essa questão da gente ter as condições de eleger um diretor [...]. (Funcionária de escola. Entrevista nº 06)

Parte da comunidade escolar, de forma equivocada, entende que o processo de gestão democrática se realiza em sua plenitude no simples ato de eleger o diretor da escola. Embora seja um passo importante, esse ato eleitoral precisa ser considerado um dos mecanismos de democratização da gestão escolar, que aliado a eleição para os conselhos, transparência no diálogo com a comunidade, redefinição das relações pessoais, garantia do direito ao contraditório, dentre outras ações que contribuam para a mudança de cultura no tocante ao modo de gerir a escola precisariam ser levados em conta para que a democratização de fato aconteça.

Este é um processo gradual, sujeito a aperfeiçoamentos, mas importante para o amadurecimento coletivo. A importância da gestão democrática como instrumento de exercício da cidadania e da participação coletiva foi comentada por outro dos entrevistados:

O momento mais forte pra educação como um todo foi o momento da conquista do processo da gestão

democrática, da implantação do processo da gestão democrática. Pra mim esse foi o ponto assim, o momento marcante. (Professora, dirigente sindical. Entrevista nº 12)

CONCLUSÕES

O relacionamento político- institucional entre os representantes sindicais e o governo Lessa foi marcado pela tensão, pontuando-se momentos de avanço e de retrocessos nas questões relativas aos direitos trabalhistas. Mesmo sendo um governo formado inicialmente por uma coalização de partidos de esquerda, isso não impediu a existência dos conflitos e um comportamento autoritário da parte do mesmo, revelando-se uma das principais características do período nos momentos de negociação salarial e das greves realizadas.

Em termos gerais, os trabalhadores educacionais conseguiram avanços importantes como a promulgação de um Plano de Cargos e Carreiras específico, a realização de concursos públicos transparentes e a formalização da gestão democrática nas escolas estaduais, consistindo na eleição de diretores escolares e dos conselhos formados por integrantes da comunidade escolar.

Ainda que a situação financeira do Estado fosse realmente delicada, a relação governo- trabalhadores poderia ter sido feita de maneira mais dialogada, buscando a formação de consensos possíveis em um clima de entendimentos mútuos, evitando os recursos ao poder judiciário ou a criminalização do instrumento da greve dos servidores públicos, como verificou-se nesta breve retrospectiva.

Por fim, em que pese os posicionamentos ideológicos dos partidos políticos da coalizão governamental, suas lideranças tiveram que se defrontar com escolha de ações concretas sobre como governar diante de um cenário de escassez de recursos, de práticas coronelistas e de uma expressiva parte de sua população excluída de qualquer benefício social. Os programas partidários, criados sob uma perspectiva de ampliação dos espaços democráticos e do favorecimento dos excluídos, tiveram que se ajustar ao cotidiano administrativo, aos acordos parlamentares e aos condicionamentos legais de um Estado burocrático em um sistema capitalista.

[ii]

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Lei nº 6.197 de 26 de setembro de 2000. **Plano de Cargos e Carreiras do Magistério do Magistério Público Estadual**. Maceió: Imprensa Oficial, 2000.

ALAGOAS. **Constituição do Estado de Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial, 2005.

ALMEIDA, Leda Maria de. **Rupturas e permanências: o 17 de julho de 1997 em questão**. Maceió: Catavento, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Ed. 70, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 2. ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira, São Paulo: Unesp, 2001.

BOITO JR, Armando. **O sindicalismo na política brasileira**. São Paulo: IFHC. 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado federal, Centro Gráfico,

1988.

CARVALHO, Cícero Péricles. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. Maceió, Edufal, 2ª edição, 2009.

CAVALCANTE, Arnóbio. (org.). **Superando a estagnação**. Maceió, Edufal, 2006.

CURY, Carlos Jamil; Oliveira, Dalila Andrade (org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2005.

CURY, Carlos Jamil; VAGO, Tarcisio Mauro (org.). **Intelectuais e escola pública no Brasil: séculos XIX E XX**. Artigo Projetos Republicanos e a questão da educação nacional. Belo Horizonte: Mazza, 2009.

DAL ROSSO, Sadi (org.); PEREIRA, Maria Cristina Cardoso; ALMEIDA; Danusa Mendes. **Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas**. São Paulo: Paralelo 15, 2011.

LIRA, Jailton de Souza. **A trajetória sindical dos trabalhadores da educação de Alagoas**. Dissertação de Mestrado. UFAL, Maceió, 2012.

PRADO, Edna Cristina; DIÓGENES, Elione Maria Nogueira (org.); **Avaliação de políticas públicas: interface entre educação e gestão escolar**. Maceió: Edufal, 2011.

SADER, Emir. **O anjo torto- esquerda (e direita) no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sanches (org.). **Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Vozes, 1984.

[i]

Jailton de Souza Lira

Graduado em História (UFAL).

Doutorando em Educação (UFPB).

E-mail: jailton_souzal@hotmail.com